

Somos Professores. Damos Rosto ao Futuro!

Exigimos Valorização, já!



Com o objetivo de identificar os problemas existentes nas escolas, no que à Educação diz respeito, a Direção do Sindicato dos Professores do Norte elaborou um questionário, dirigido aos diretores dos agrupamentos e escolas não agrupadas dos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, com questões relativas à falta de docentes, à média de idades dos docentes do quadro de agrupamento/escola, ao número de docentes que previsivelmente se aposentam até 2030, ao número de professores em baixa médica, entre outras.

A análise global dos dados recolhidos evidencia de forma clara e preocupante, a realidade estrutural do corpo docente.

Os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas analisados integram **15 424 docentes**, com uma **média etária de 54,8 anos**. Este dado, por si só, confirma aquilo que há muito a FENPROF denuncia: o envelhecimento acentuado da profissão docente e a ausência de políticas eficazes de rejuvenescimento e valorização da carreira.

A previsão de cerca de **13,8% de docentes a aposentar-se até 2030** representa um cenário de previsível rutura, caso não sejam implementadas medidas estruturais urgentes ao nível do recrutamento, da vinculação e da atratividade da profissão. A falta de planeamento estratégico por parte da tutela — que tem vindo a apostar apenas em medidas avulsas e de escasso efeito — poderá agravar ainda mais a escassez de professores, com impacto direto na qualidade do serviço público de Educação.

Particularmente alarmante é o facto de **54,4% dos docentes se encontrarem ao abrigo do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente** (com redução da componente letiva). Este número não pode ser lido apenas como um dado administrativo, ele traduz o desgaste acumulado de uma classe profissional sujeita a décadas de sobrecarga, instabilidade legislativa e intensificação do trabalho.

A elevada percentagem de **docentes com redução da componente letiva** tem consequências evidentes na organização das escolas, mas, sobretudo, constitui um indicador inequívoco das exigências físicas e psicológicas inerentes à profissão.

Importa, igualmente, sublinhar a enorme **carga burocrática** a que os docentes estão sujeitos. A multiplicação de procedimentos administrativos, relatórios, plataformas e registos formais tem vindo a duplicar — e, em muitos casos, a triplicar — o volume de trabalho, desviando os profissionais da sua função essencial: ensinar. Muitas destas tarefas deveriam ser asseguradas por estruturas administrativas próprias, mas acabam por recair sobre os docentes, aumentando a pressão, o cansaço e o sentimento de desvalorização profissional.

Acresce que **7,3% dos docentes se encontram em situação de baixa médica, 5,2% em mobilidade por doença e 5,5% estão abrangidos por acompanhamento pela medicina no trabalho**. Estes dados revelam um quadro preocupante no que respeita às condições de trabalho e ao impacto da profissão na saúde dos docentes. A dimensão destes indicadores não pode continuar a ser ignorada ou tratada como circunstancial.

Regista-se, ainda, a existência de **2,4% dos docentes a realizar horas extraordinárias**, situação que evidencia a insuficiência de recursos humanos disponíveis para responder às necessidades permanentes das escolas, uma situação que tenderá a aumentar se não forem tomadas medidas estruturais que aumentem a atratividade da profissão. Este crescente recurso ao esforço adicional dos profissionais agrava o desgaste e compromete a sustentabilidade do sistema.

Em termos de qualificação, verifica-se que apenas **0,4% dos docentes identificados não são profissionalizados**, o que, podendo parecer uma percentagem ínfima, não deixa de constituir um sinal preocupante do alastramento a outras regiões da dificuldade no recrutamento de docentes profissionalmente qualificados, que marca mais significativamente e há mais tempo as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Em síntese, os dados analisados confirmam a urgência de medidas políticas concretas que respondam ao envelhecimento do corpo docente, ao previsível crescimento da vaga de aposentações, à degradação das condições de trabalho e à crescente pressão sobre os profissionais no ativo. A defesa da Escola Pública exige investimento, planeamento e respeito e valorização dos docentes, sob pena de se comprometer, de forma praticamente irreversível, a qualidade da educação em Portugal.

Junte-se a nós.

**Exija professores qualificados para todos os alunos,
todos os dias, em todas as aulas.**